

Opinião



RUI ROSAS DA SILVA

Família, fonte natural de amor

Há pouco escrevi um artigo sobre a Eutanásia. Alguém ficou escandalizado com uma informação que aí se dava, a respeito da investigação feita pela universidade alemã de Gottingen, sobre um estudo realizado a cerca de 7.000 casos reais de eutanásia na Holanda. Em 41% destes, a iniciativa da concretização da morte do idoso pertenceu à família e não aos eutanasiados.

Ou seja, 2.870 pessoas foram mortas, não por iniciativa sua, mas porque os seus familiares acharam melhor tirá-lhes a vida. Certamente, que é possível pensar na existência de casos em que a situação de saúde do parente estaria muito perto do seu final. No entanto, esse mesmo estudo revela que 14% dessas pessoas estavam numa situação de lucidez objectiva. Mesmo assim, a sua família achou por bem apressar-lhes o fim. 14%, acrescente-se, são cerca de 400 seres humanos que partiram desta vida sem terem pedido para o fazer. Por isso, foram verdadeiramente condenados à morte.

Como é que isso é possível? Perguntava, atónito, o “meu” leitor sobre esses números e o que eles significavam. Concluía que até parece que nos encontramos numa sociedade em que a família pode tornar-se uma instituição negativa, quando a lei permite – ou pelo menos, facilita de forma mais ou menos sub-reptícia – que ela tenha um poder de decisão quase total sobre a vida ou a morte dos seus membros mais idosos e, portanto, mais indefesos. Comentava ainda, com amargura, que tais factos a levavam a compreender melhor o que acontecia em alguns hospitais portugueses, não porque tivesse notícias sobre a existência de aí haver práticas eutanásicas legalizadas, mas por não ser “tão infrequente como isso”, o aparecimento de anciãos “gagás”, no meio dos corredores imensos dessas instituições de saúde, completamente indocumentados e sem qualquer capacidade de comunicação. Ora, como vão aí parar? E a resposta dos que lá trabalham é praticamente unânime: é a família que os despacha e os larga, convicta de que haverá alguém que se encarregue de os aco-

lher. E assim, com encapotada finalidade, esquecem a “mercadoria” incómoda que tanto a afadigava, na esperança de a deixarem em boas mãos.

Felizmente, que este último caso pode e deve ser punido pela lei. Mas com a prática holandesa da eutanásia o que se conclui é que a vida humana não é um valor absoluto, mas relativo e que, a partir de certo momento, a condenação à morte, ainda que proibida legalmente, volta a ser uma prerrogativa de certas pessoas que têm laços mais estreitos com os que sofrem de velhice e são um estorvo incómodo para quem tem obrigação moral de os tratar. Neste aspecto, o nosso leitor manifesta uma certa razão ao falar sobre o futuro da família, embora o que se passou relativamente aos números tão tristes do artigo referido, possa ser consequência de uma facilitação da lei e, sobretudo, do modo como se pratica a eutanásia, se se fecha os olhos a alguns procedimentos que deviam ser mais cuidadosos. Mas para que servem as leis? Não é para serem cumpridas com rigor? E quando se verifica que não estão a ser bem cumpridas? Ignora-se olímpicamente o que elas determinam? Entre isto e a hipocrisia mais bronca que diferença existe? A “morte assistida”, que os defensores da eutanásia tanto apregoam, não se torna em “morte compulsiva”?

Lembremos que a família é a grande defensora dos valores que devem viver-se na sociedade humana. A família, instituição natural, não dá o direito de condenar à morte um seu membro. Pelo contrário, o amor que nela se gera leva naturalmente os que lhe pertencem a tratar, da melhor maneira e de um modo totalmente afectuoso, quem está mais necessitado até que a morte aconteça. Um idoso ou um doente grave não é, no seio de um agregado familiar verdadeiro e são, um empecilho ou alguém incómodo e indesejável de quem é preciso ver-se livre, mas um elo de união do amor objectivo, apesar dos trabalhos a que pode obrigar.



EDUARDO JORGE MADUREIRA LOPES

OS DIAS DA SEMANA

Uma defesa de aulas de dez minutos

A um amplo conjunto de técnicas de diagnóstico e investigação se tem ficado a dever, em grande medida, a possibilidade de conhecer com minúcia o modo como o cérebro funciona. Os novos saberes têm fomentado o surgimento de disciplinas como, por exemplo, a neuroeducação. Um dos seus especialistas, o espanhol Francisco Mora, deu há dias uma estimulante entrevista ao diário espanhol *El País*, com reflexões e conselhos assaz pertinentes.

Uma das recomendações de Francisco Mora encontra-se no título da conversa: “É preciso acabar com o formato de aulas de 50 minutos”. As razões da sugestão são apresentadas no corpo da entrevista: “Estamos a perceber [ao estudar o cérebro], por exemplo, que a atenção não pode ser mantida durante 50 minutos”. O formato actual das aulas (de 50 minutos em Espanha e, muitas vezes, de 90 minutos em Portugal) está, por isso, errado, garante Francisco Mora, considerando que mais vale assistir a 50 aulas de 10 minutos do que a 10 aulas de 50 minutos. Como a mudança não poderá ser empreendida a curto prazo, o especialista em neuroeducação oferece uma sugestão prática: que os professores quebrem a aula, a cada 15 minutos, com um elemento disruptor; com uma história engraçada, uma pergunta ou um vídeo sobre um assunto diverso.

É, aliás, isso que Francisco Mora diz procurar fazer. Um recente convite da Universidade de Harvard para criar um MOOC (sigla inglesa de curso *online* aberto e massivo) sobre Neurociência obrigou-o a concentrar tudo em 10 minutos para que os alunos pudessem absorver 100% do conteúdo. “Nessa linha irão as coisas no futuro”, sentencia o professor de Fisiologia Humana na Faculdade de Medicina da Universidade Complutense de Madrid e de Fisiologia Molecular e Biofísica na Faculdade de Medicina da Universidade do Iowa, nos Estados Unidos da América. A entrevista inclui conselhos, mas a prudência não falta, uma vez que, para Francisco Mora, é preciso tempo e continuar a investigar porque o que hoje se conhece em profundidade sobre o cére-

bro não é totalmente aplicável ao dia-a-dia da sala de aula.

Questionado sobre qual a principal mudança que o sistema de ensino actual deve promover, Francisco Mora explicou que as neurociências estão a começar a demonstrar que ninguém pode aprender seja o que for sem estar motivado. É, portanto, imperioso despertar a curiosidade, “que é o mecanismo cerebral capaz de detectar a diferença na monotonia diária”. Francisco Mora refere a existência de estudos recentes que mostram que a aquisição de conhecimentos partilha substratos neurais com o que dá prazer. “Por isso é preciso despertar uma emoção no aluno, que é a base mais importante sobre a qual se apoiam os processos de aprendizagem e memória”. Ou seja, “as emoções servem para armazenar e recordar de uma forma mais eficaz”.

As estratégias para despertar a curiosidade podem motivar o professor a começar a aula com algum elemento provocador, uma frase ou uma imagem que seja chocante. É preciso “romper o esquema e sair da monotonia”. Corroborando o que vários professores bem sabem por experiência própria, Francisco Mora refere que “sabemos que para um aluno prestar atenção na aula não basta exigir que ele o faça”. A atenção, acrescenta o neuroeducador, deve ser evocada com mecanismos que a psicologia e a neurociência estão a começar a desvendar. “Métodos associados à recompensa e não à punição”. Afirma Francisco Mora que, “desde que somos mamíferos, há mais de 200 milhões de anos, a emoção é o que nos move. Os elementos desconhecidos, que nos surpreendem, são aqueles que abrem a janela da atenção, imprescindível para a aprendizagem”.

A leitura desta entrevista muito beneficiaria, desde logo, os que se insurgem contra aquilo que designam pejorativamente por eduquês – gente que ainda julga que o ensino tem decaído mais por falta de pau do que de cenoura.

P.S.: Margarida Vilarinho deixa-nos como exemplo um admirável espírito combativo, sempre corajoso e esclarecido, que soube manifestar especialmente em momentos de grande adversidade.